

EXPANSÃO ÉTICA: A “VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES” INTERROGANDO O SUJEITO ÉTICO CONTEMPORÂNEO

Filipe Gonçalves de Souza Nogueira da Silva*

Resumo: O presente trabalho resulta de uma pesquisa de iniciação científica realizada em 2012 a respeito de percepções de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Partimos do pressuposto de que a forma como socialmente nos relacionamos com a violência sexual contra crianças e adolescentes é resultado de transformações que produziram a vítima (traumatizada) e o agressor (pedófilo). Seguindo uma descrição de inspiração genealógica desses processos de subjetivação, chegamos à conclusão de que nossa relação com a violência sexual cria formas de sujeição bastante problemáticas e excludentes. Dados os limites na normalização desses sujeitos, nossa proposta é, a partir de indicações feitas por Michel Foucault, sugerir novas possibilidades de criação de um sujeito ético a partir de uma experiência de pós-violência.

Palavras-chave: Violência sexual; Abuso; Crianças e adolescentes; Sujeito; Pedofilia.

Nunca fiz parte de qualquer comissão de reforma do direito penal. Mas uma tal comissão existiu e alguns de seus membros me perguntaram se eu estava disposto a intervir nela, como conselheiro, para problemas concernindo à legislação da sexualidade. Fiquei surpreso ao ver até que ponto essa discussão era interessante; no decorrer da discussão, eu tentei suscitar o problema do estupro, da seguinte maneira: por um lado, será que a sexualidade pode ser submetida, na realidade, à legislação? De fato, será que tudo o que diz respeito à sexualidade não deveria ser posto fora da legislação? Mas, por outro lado, o que fazer com o estupro, se nenhum elemento concernente à sexualidade deve figurar na lei? Eis a questão que eu formulei. No decorrer da discussão com Cooper, eu disse muito simplesmente que nesse domínio havia um problema que se devia discutir, e para o qual eu não tinha solução. [...] Não fiz senão evocar o dilema no qual poderíamos estar. (FOUCAULT, 2006a, p. 340-341)

Contextualização

O presente artigo surge a partir de algumas reflexões e trabalhos desenvolvidos entre 2009 e 2012 no Núcleo de Antropologia do Direito da Universidade de São Paulo, coordenado pela professora Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer. À época, o núcleo desenvolvia um projeto de Pré-Iniciação Científica junto a estudantes de ensino médio chamado “Antropologia e Direitos Humanos”. Uma das atividades empreendidas pelo projeto foi a aplicação de um questionário em duas escolas estaduais da grande São Paulo¹ a respeito de percepções sobre Direitos Humanos, tais como: quais consideram os mais importantes, onde mais aprendem sobre eles,

* Graduado em Ciências Sociais - USP

1 Trata-se da Escola Estadual Antonio Adib Chammas, em Santo André, e da Escola Antonio Inacio Maciel, de Taboão da Serra.

quais sentem como os mais desrespeitados e que medidas entendem como as mais pertinentes para coibir violações. Muitos alunos apresentaram o “abuso sexual de crianças e adolescentes” como sendo “um dos principais tipos de violência que deveriam ser combatidos”. Isso nos interessou, dado que esse tipo de violência geralmente ocorre dentro do ambiente familiar, justamente aquele que os alunos apontaram como sendo um dos mais importantes para o aprendizado de seus direitos². Estaríamos diante de uma contradição? A partir desse questionamento, foi desenvolvida uma Iniciação Científica³, que rapidamente deslocou-se da problemática inicial. Diante da bibliografia consultada e do material empírico colhido durante a pesquisa⁴, percebemos que o abuso sexual contra crianças e adolescentes não é um problema por ocorrer em demasia, mas sim por haver um discurso que o produz e que cria subjetividades a partir do momento em que esse tipo de violência ocorre. Diante desse panorama, o presente texto terá como objetivo apresentar de forma sucinta como esse problema se constituiu socialmente e, após, esboçar uma reflexão acerca do tipo de sujeito ético que podemos construir diante de tal situação. Como referenciais para nossa reflexão, utilizaremos alguns trabalhos de Michel Foucault, em especial alguns escritos de sua fase tardia de produção intelectual, quando ele faz uma reflexão acerca da constituição de um sujeito ético.

Relato

Na sua opinião, qual tipo de violência abaixo deve ser combatida em primeiro lugar?

Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Por quê?

Porque, como eu falei, eu quase sofri isso. E é ruim, né. Porque uma pessoa fica traumatizada, isso incomoda pra caramba na vida dela. Tá marcado, né? Não é, sabe, uma coisa que a pessoa pode explicar pra você o que é sobre o assunto, que você não vai entender, não vai levar a sério. Mas quem viveu realmente sabe que foi ruim. Além de não conseguir falar pros pais, essas coisas. Aí fica só pra você, assim. É bem ruim.

O que você entende como abuso?

2 Quando questionados sobre “(...) qual dos tipos de violência abaixo deve ser combatido em 1º lugar?”, 47% dos estudantes assinalaram “abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes” e 19% “violência doméstica contra crianças, adolescentes e idosos”. Com relação à pergunta “Entre os lugares abaixo, onde, em 1º lugar, você mais aprendeu sobre os seus direitos?”, cerca de 45% responderam ser em casa (29% na escola, 8% na TV, 5% no trabalho e 13% em outros lugares).

3 A pesquisa chamou-se Violências sexuais e aprendizado sobre direitos. Um estudo sobre percepções de Direitos Humanos em duas escolas estaduais da grande São Paulo, desenvolvido em 2012. Agradeço imensamente à professora Ana Lucia Pastore Schritzmeyer pela orientação, a todos os gestores escolares e professores que possibilitaram as entrevistas que realizei, aos alunos entrevistados, aos companheiros de Nadir, a Victor Augustus, a Lorena Goretti e também ao CNPq por ter financiado essa pesquisa.

4 Ao todo, foram realizadas 16 entrevistas individuais semiestruturadas e uma entrevista em grupo. Em todas, o tema principal foi violência sexual contra crianças e adolescentes.

Ah, abuso de... É meio que relacionado a uma agressão, porque é coisa que eles fazem e você.. à criança, né, ..é uma coisa que você, no mesmo tempo que você sofre esse abuso, você não entende, sabe? Porque... é difícil explicar, porque só sofrendo mesmo.

Você conseguiu falar pra alguma pessoa?

Só pra uma amiga e o namorado. O que mais incomoda, assim, que o cara que fez isso comigo é o pai da minha prima. E eu não falei pra ela. Falei pra outra amiga, mas não consegui falar pra ela. E isso me incomoda pra caramba.

Entendi. Então tirando o seu namorado e essa sua amiga, você não comentou com mais ninguém?

Não. Por medo.

Medo? Medo do quê?

Especialmente do que pode acontecer, né? Como é minha única prima, eu não quero perder a amizade dela e eu não sei se ela vai realmente acreditar em mim. Além de todo esse negócio de família. E é difícil.

E o que essa amiga que você contou e o seu namorado disseram?

Eles ficaram surpresos, né? Eles falam pra mim contar, só que... Eu queria, queria contar, mas eu não sei se ia criar coragem.

Contar pra sua prima, você diz?

É. Pra ela mesma.

Mas pros seus pais?

Não.

Pra sua mãe você não conta?

Não. Não conto.

Por quê?

Ah, que mexe também em várias coisas, que tipo, eu conto, daí minha mãe vai tirar satisfação com ele, ele nega, cria confusão na família, minha prima não sabe em quem acreditar, e eu penso nela mesmo. Mas eu sei que quanto mais eu vou deixar passar isso, vai ser pior.

Entendi. E a pessoa que comete esse tipo de violência, como você descreveria ela?

Nossa, ela parece que.., não sei se ela sabe o que tá fazendo, porque acho que é alguma coisa que ela sofreu, assim, que faz ela ficar desse jeito. A mesma coisa que cometeram com a pessoa, ela acaba fazendo o mesmo, isso aí. Não fazendo o mesmo, mas... ela acaba destruindo, a mesma coisa.

Você acha que ela teria alguma característica particular?

Ai, covardia.

E de fisionomia, teria alguma coisa específica?

Acho que não.

Não?

Não. Acho que desrespeito.

Desrespeito. Por quê?

Porque realmente ele está desrespeitando a família dele. Porque todas dormiam no mesmo quarto e ele, tipo, e eu estou do lado da filha dele. É um desrespeito pra filha dele.⁵

Chavões

- *Por que não procura uma prostituta ao invés de uma criança?*
- *A pedofilia é um distúrbio e tem que ser acompanhada por especialistas.*
- *Tem que ter prisão pra quem comete isso. Ou pena de morte.*
- *Quem faz isso não tem coração.*
- *É o corpo dela, o corpo da criança. Tem que defender.*
- *Elas são o futuro da sociedade.*
- *O pior é o trauma que fica.*
- *Quem faz isso geralmente também sofreu algum tipo de violência quando era criança.*
- *Tem uma idade certa pra começar a ter relações sexuais. Não podemos interferir nisso.*
- *Causa muito sofrimento. É muita crueldade.*
- *Não há palavras pra definir o que é um abuso.*
- *Geralmente acontece dentro de casa, com alguém próximo da família.*
- *É só um doente que pode fazer uma coisa dessas.*
- *O agressor geralmente conta várias mentiras para a criança.*
- *Não existe um perfil para o agressor.*
- *Me dá nojo só de pensar.*
- *É um sofrimento muito grande.*

⁵ Relato baseado em uma entrevista com uma adolescente. A modificação no relato original ocorreu para preservar a identidade da pessoa entrevistada.

- *A criança é indefesa, frágil, pura.*
- *Eu tenho medo do estuprador.*
- *Por isso que é melhor não andar sozinha na rua, sobretudo à noite.*
- *É só ligar a TV. Ontem mesmo no Datena teve um caso.*
- *Todos contra a pedofilia.*
- *Temos que estar atentos, sempre vigilantes.*

Permeabilidade

Iniciamos o texto apresentando um relato de uma adolescente, Carolina⁶, que afirmou ter sofrido abuso sexual. Os chavões apresentados logo após são uma compilação de diversas frases que, em certa medida, compõem um gabarito de inteligibilidade a respeito desse tipo de violência. Essas duas formas de expressão a respeito do mesmo problema têm a função de fazer aparecer sensibilidades e elaborações cognitivas em nós produzidas quando nos defrontamos com esse tipo de violência. Pouco importa se acreditamos e concordamos com todas essas formulações. O importante é que elas fazem parte da rede de saberes úteis em nosso relacionamento com esse tipo de violência. Na medida em que consideramos a violência sexual contra crianças e adolescentes algo moralmente reprovável e que esse tipo de violência de alguma forma nos afeta e nos instiga a combatê-la, partilhamos algo que nos une: a repulsa contra a violência sexual de crianças e adolescentes.

Como chegamos a essa percepção? Como foi que, para todos nós, a violência sexual tornou-se um objeto que nos afeta, que destrói nossas seguranças, nossas ideias sobre pureza e nossos projetos de vida? Por que isso afeta nossa subjetividade, nossa dignidade de sujeitos de direitos? Por que temos medo dos agressores? Por que clamamos tanto por justiça? Por que facilmente nossas vozes se agrupam em uníssono contra a pedofilia? Por que é tão evidente para nós que esse tipo de violência deva ser combatida? Por que nos sensibilizamos tanto com as vítimas dessa violência? Quais os limites e possibilidades de expansão dessa nossa compreensão da violência? É diante de tais perguntas que o presente artigo irá se desdobrar. Mais do que contribuir para melhorar nossa compreensão coletiva do fenômeno, acreditamos ser interessante nos questionarmos por que esse tipo de violência

⁶ Nome fictício.

instiga e afeta a todos nós, sejamos nós vítimas dessa violência, pesquisadores ou cidadãos preocupados com a sua vida cotidiana.

Desconstrução

Em consonância com tal proposta, o antropólogo Théophilos Rifiotis, em diversos textos (1997, 2004, 2008a, 2008b), procura compreender o estatuto da violência enquanto objeto de estudo para as ciências sociais. Rifiotis (1997), quando começa a analisar o campo de estudos da violência, parte da concepção de que esse é um território estratégico para os discursos da contemporaneidade. Isso significa que falar sobre a violência corresponde a inscrevê-la em uma ordem cognitiva e interpretativa comprometida com certos pressupostos e princípios de verdade que disputam a legitimidade para a interpretação do presente. Ao interno desses discursos, a violência aparece amiúde como uma parte estrangeira da vida social, algo que deve ser combatido e extirpado, resquício de um passado a ser superado. Isso pode parecer contraditório, pois muitas vezes essa mesma violência – arcaica – se mostra resultado de uma desagregação social contemporânea.

Em outro texto (2008a), o mesmo antropólogo compreende a existência de ao menos três discursos sobre a violência: o discurso contra a violência (indignação), o discurso sobre a violência (analítico) e o discurso da violência (linguagem). Nesse sentido, procurar entender o lugar da violência enquanto objeto de estudo é dar-se conta da abordagem moral que fazemos desse mesmo objeto. Estamos, com isso, aprisionados a um “significante vazio e por ele determinados simbolicamente”, dado que se houver um referente comum para a violência, ele será moral (RIFIOTIS, 2008a, p. 163). É por essa perspectiva que Rifiotis defende utilidade acadêmica de se pensar a violência a partir de sua positividade, e não da negatividade socialmente percebida. Segundo ele, é “interessante identificarmos quais práticas e discursos são postos em jogo, pois é a partir deles que é construída a nossa própria imagem do campo da violência” (RIFIOTIS, 1997, p. 10).

Desse modo, conhecendo o lugar da nossa fala, poderemos refletir sobre seus limites e dilemas e empreender um deslocamento de perspectiva que – sem negar a nossa indignação – possibilite uma análise da nossa própria construção da “violência”. Em outros termos, não se trata simplesmente de colocar em suspeição a categoria “violência”, mas produzir a sua desconstrução positiva (RIFIOTIS, 2008a, p. 162-163).

Seguindo a indicação de Rifiotis e compartilhando o propósito de fazer uma desconstrução positiva da violência, cabe-nos agora compreender de que forma o discurso evocado por nós a respeito da violência sexual contra crianças e

adolescentes surgiu e nos forma subjetivamente.

Nossa pesquisa, dialogando com esse tipo de trabalho, se insere no mesmo contexto analítico que busca “aprofundar o entendimento sobre o processo de fabricação, disseminação e regulação do fenômeno para além das instituições locais em meio às quais a pesquisa de campo foi realizada” (LOWENKRON, 2012, p. 9)⁷. Se nos propomos a fazer uma desconstrução positiva de nossa concepção de violência, devemos compreender de que maneira esse objeto passou a nos constituir subjetivamente e cognitivamente. Para tanto, optamos por apresentar a síntese de uma genealogia do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

A genealogia é, na obra de Michel Foucault, um desdobramento do método arqueológico. Se em livros como *A arqueologia do saber* e *As palavras e as coisas*, Foucault está interessado em compreender o lugar do discurso nas diferentes epistemes (renascentista, clássica, moderna), em outros, como *Vigiar e Punir* e *A vontade de saber*, ele procura compreender as mudanças históricas desses discursos. Isso permite a Foucault “analisar o poder em termos de estratégia e táticas de poder, tratando de situar o saber no âmbito das lutas” (CASTRO, 2009, p. 185). Segundo Edgardo Castro (2009),

Todo o projeto filosófico de Foucault pode ser visto em termos de uma genealogia que teria três eixos: uma ontologia de nós mesmos em nossas relações com a verdade (que nos permite constituir-nos como sujeito de conhecimento); uma ontologia histórica de nós mesmos em nossas relações com um campo de poder (o modo como nos constituímos como sujeito que atua sobre outros); e uma ontologia histórica de nós mesmos em nossas relações com a moral (o modo como nos constituímos como sujeito ético, que atua sobre si mesmo). (p. 185)

A violência sexual contra crianças e adolescentes apresenta a característica de estar relacionada a mudanças históricas vinculadas a três categorias fundamentais: infância, “sexualidade” e “violência”. Ela se coloca em um lugar central na forma como nos relacionamos com a nossa sexualidade, evidenciando sua importância estratégica para articular os três eixos que Foucault procura evidenciar ao fazer uma genealogia.

A primeira dessas categorias diz respeito à alteração na concepção de criança e de infância que ocorreu nos últimos séculos. Se no século XVIII a criança foi vista como sendo naturalmente inocente, no século XX ela se constituiu como sujeito de

⁷ Vale fazermos a mesma ressalva que Lowenkron: “a proposição de que o fenômeno da ‘violência sexual contra crianças’ é um problema socialmente construído não deve ser confundida com uma postura de desconfiança ou com a tentativa de relativização de sua existência” (LOWENKRON, 2012, p. 16).

direitos especiais. Esse processo de mudança foi acompanhado por uma atenção especial à sexualidade desses sujeitos.

A sexualidade, relacionada ao nascimento da biopolítica entre os séculos XVIII e XIX, funciona como um dispositivo de controle dos corpos, das populações e dos modos de existência. Ela é um critério de subjetivação (BICALHO et al, 2012, p. 35). Philippe Ariès (1981) relata casos em que, no século XVII, o sexo da criança constituía-se em um instrumento de brincadeira. Havia, nesse período, uma espécie de indiferença em relação aos fenômenos biológicos das crianças. Pouco a pouco, devido à reforma moral que disciplinou a sociedade aburguesada, começou a se impor a noção de inocência infantil. Como corolário dessa concepção, apareceu a preocupação com a criança masturbadora. O corpo da criança – considerado como puro e inocente –, em determinado momento histórico, tornou-se objeto de vigilância e controle.

Michel Foucault, em seu livro *Os Anormais* (2010), demonstra como surgiram figuras desajustadas que ao mesmo tempo oferecem algum tipo de perigo para a sociedade. Essas figuras apareceram correlacionadas às instituições de controle e aos mecanismos de vigilância e de distribuição. Esse tipo de construção do saber consolidou-se no fim do século XIX vinculando-se à necessidade de a psiquiatria justificar o seu poder enquanto ciência capaz de explicar e tratar anomalias e defender a sociedade. Foucault enxerga três figuras principais a partir das quais se constitui o grupo dos anormais: o monstro humano, o indivíduo a ser corrigido e a criança masturbadora (ou onanista). Podemos dizer, portanto, que a sexualidade atravessa o surgimento dessas três figuras anormais, sendo um problema passível de regulação. Defender a sociedade é, em certa medida, regular a sexualidade dos indivíduos e das crianças ao interno da família.

Na passagem do século XIX para o XX, apareceram os trabalhos de Sigmund Freud que desafiaram a visão de inocência infantil ao considerar que a criança é dotada de sexualidade. Sendo assim, surgiu um deslocamento da criança passiva sexualmente para a criança sujeito de desejo, na imagem do Complexo de Édipo⁸. Desta maneira, emergiu a “necessidade” de a criança ser defendida dos seus próprios desejos sexuais.

⁸ Segundo o *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise* (1996), o Complexo de Édipo possui sua origem na cena trágica de *Édipo rei*, quando aparece o desejo sexual de Édipo pela mãe e o desejo assassino por seu pai. Desta forma, o complexo de Édipo “designa o conjunto das relações que a criança estabelece com as figuras parentais e que constituem uma rede em grande parte inconsciente de representações e de afetos entre os dois polos de suas formas positiva e negativa” (KAUFMANN, 1996, p. 135).

Ainda que essa figura de criança estivesse relacionada à criança na família burguesa, no final do século XIX uma atenção nova com relação à criança das classes populares emergiu: a infância em perigo e a infância perigosa. Essas subcategorias são sintetizadas na figura do menor. Nas últimas décadas, no entanto, essa noção de menoridade deslocou-se. Devido a uma série de fatores, como o surgimento de novos saberes e a ascensão da noção da infância como fase fundamental da vida, a criança pouco a pouco ganhou o título de sujeito de direitos especiais. O marco fundamental dessa conotação é a Convenção sobre os Direitos das Crianças (CDC), aprovada pela ONU, em 1989. No Brasil, isso ocorreu pela passagem do Código de Menores, de 1979, para o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Segundo a CDC, “criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo” (ONU, 2004, p. 6). Essa definição, e consequente tutela dessa parcela da população, é justificada pelo “fato” de as crianças serem imaturas do ponto de vista físico e mental. Há, portanto, a ideia de que as crianças – e os adolescentes, por extensão – são naturalmente vulneráveis. “Por tudo isso, a infância tem o seu lugar sacralizado fortalecido e essencializado e a crítica à violência contra esses sujeitos ganha força, transformando o crime cometido contra a criança no principal modelo de atrocidade” (LOWENKRON, 2012, p. 29).

Se mudou a concepção a respeito da noção de crianças e de sua sexualidade, mudou também o lugar da violência sexual enquanto crime. Tatiana Landini (2011) afirma que desde o final do século XIX já podia ser percebida uma sensibilidade em relação a crimes sexuais contra menores de idade. No Código Penal Republicano de 1890, esses crimes estiveram previstos sob o título de “crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor”. Já no novo Código Penal de 1940, os crimes sexuais foram categorizados como crimes contra os costumes, havendo uma sessão exclusiva de crimes contra menores de idade. Podemos afirmar, portanto, que tais crimes sexuais estavam mais próximos a um tipo de atentado moral contra os valores da família do que a um tipo de violência contra a pessoa.

Ao longo do século XX, a noção de crime contra os costumes deslocou-se para a de crimes contra a dignidade sexual. Ao mesmo tempo, foi ganhando importância a noção de discernimento e de consentimento da pessoa durante uma relação sexual. Isso porque apareceu um processo de alteração da economia moral do uso dos prazeres em favor de um sexo consentido e seguro. Houve também outro deslocamento: ao invés da vergonha, apareceu o sofrimento psíquico, sofrimento este que deve ser colocado em palavras, no intuito de superar os traumas e

responsabilizar os culpados por ele (LOWENKRON, 2012 p. 35). Desta maneira, o estupro, por exemplo, tornou-se uma ameaça ao corpo íntimo, privado, e não mais um roubo, um ultraje. Essa transição material ocorreu no bojo da segunda onda do movimento feminista (anos 1960) e do movimento homossexual (anos 1970), inserindo a luta contra a violência sexual (contra mulheres e meninas) no contexto mais amplo das lutas contra as diversas formas de dominação masculina.

Além desses deslocamentos, também ocorre, em especial nas últimas décadas do século XX, uma explosão discursiva, acompanhada de uma censura ao “silêncio” a respeito da violência sexual contra crianças e adolescentes. Esse silêncio é muitas vezes interpretado como conivência ou omissão com relação ao contexto de violência. Essa explosão discursiva está fortemente relacionada à forma como o tema tem sido explorado, sobretudo na mídia. Através de categorias à mão (em especial as de “abuso sexual”, “exploração sexual” e “pedofilia”) acaba-se por demonizar estupradores, abusadores e pedófilos, e por fazer com que esse tipo de violência seja cada vez mais explicitado e combatido⁹.

Tendo em consideração todo esse percurso – que não é livre de lacunas na sua reconstituição –, fica claro que a violência sexual contra crianças e adolescentes aparece, enquanto problema contemporâneo, em um contexto de disputas políticas, de transformações sociais, morais, de modificações de comportamento e de criação de novas sensibilidades. Nossa compreensão da realidade sempre possui uma historicidade e, dentro das disputas existentes na contemporaneidade, acaba por aprisionar a todos em certas formas de governo biopolítico que criam sujeitos contemporâneos governados segundo certas tecnologias e mecanismos mais ou menos difusos (ROSE, 1988). Podemos dizer, portanto, que a forma como a violência sexual contra crianças e adolescentes surge na contemporaneidade está relacionada ao fato de a sexualidade e a infância serem objetos de governo. Desta maneira, tenta-se regular e normalizar tanto os desejos humanos quanto o uso que todos fazem da sua sexualidade, em especial as crianças, dado que são elas, no entendimento comum, o futuro da sociedade. Dentro dessa lógica, dependeria de todos nós garantir a saúde da sociedade mediante a preservação da infância pura e livre de perturbações externas.

À deriva

Antes de continuarmos o nosso desdobramento, vale situarmos nosso referencial teórico a partir de uma mudança perceptível nos escritos de Michel

⁹ Sobre a posição da mídia nesse contexto, Jane Felipe afirma: “Podemos, no entanto, pensar nessa interessante contradição, pois ao mesmo tempo em que se criam leis de proteção à infância, incentiva-se a exibição dos corpos infanto-juvenis como objetos de desejo e sedução” (FELIPE, 2006, p. 208).

Foucault entre 1970 e 1980. Frédéric Gros, quando escreve a situação do curso *A hermenêutica do sujeito* (2006b) oferecido por Michel Foucault entre 1981 e 1982, afirma que a partir de 1980, Foucault faz uma transformação da sua problemática teórica. Se em estudos como *Vigiar e Punir* (publicado originalmente em 1975) e *A vontade de saber* (de 1976) a sexualidade é usada para compreender a normalização ocorrida no Ocidente moderno, através da atuação de um poder que fixa identidades predefinidas nos indivíduos, em seus escritos dos anos 1980, Foucault de certa maneira se desprende dos estudos sobre o poder. Sua questão teórica se remonta de forma que o sexo deixa de ser visto como revelador do poder (normalizador, identificador, classificador, redutor etc.) e passa a ser compreendido na relação do sujeito com a verdade. “É o problema do sujeito, e não o do poder, afirma ele em seguida, que constitui sua principal preocupação” (GROS, 2006, p. 620).

Todo o esboço genealógico apresentado por nós é carregado não somente de uma descrição de um movimento, de uma mudança social e histórica responsável pelo surgimento de uma nova figura anormal (o pedófilo) e de um problema social (o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes) através de um processo de normalização. Ele também serve para demonstrar como foi possível surgir um processo de subjetivação que é responsável por fazer com que certas pessoas se constituam como sujeitos na medida em que a violência sexual ocorre. Nesse processo, duas figuras são as principais: a do pedófilo (abusador) e da vítima (traumatizada).

Podemos dizer que o saber médico e, associado a ele, os saberes psi, além da instituição judiciária, são os atuais responsáveis por subjetivar tanto essas pessoas sofrentes (as chamadas vítimas) quanto os que cometem a violência (o abusador)¹⁰. No nosso caso, o abusador é explicado pela psiquiatria e pela psicologia, ao mesmo tempo em que é normalizado por esses saberes médicos e pelo Direito. São essas tecnologias – segundo a terminologia criada por Foucault – que procuram analisar, compreender, normalizar e corrigir aqueles que sentem desejo ou cometem abusos sexuais contra crianças e adolescentes. Já a pessoa sofredora corresponde ao indivíduo, sujeito de direitos especiais, que se reconhece como vítima de violência sexual e que possui um trauma que somente poderá ser administrado segundo certas técnicas oferecidas por tecnologias da subjetividade.

Vale ressaltar que tal violência não diz respeito somente à relação entre esses

¹⁰ Aqui cabe citar a tese de doutorado de Herbert Rodrigues, intitulada *A pedofilia e suas narrativas: uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil* e defendida em 2014 no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Essa pesquisa faz uma análise genealógica da constituição do sujeito pedófilo a partir dos discursos judiciário e psiquiátrico.

dois sujeitos. A sociedade passa a clamar por justiça, sedenta para que a desordem social ocasionada pela violação do corpo da criança seja expurgada. Desta maneira, a violência sexual abala ao mesmo tempo tanto a ordem social no sentido político, quanto a ordem de subjetividade da pessoa que comete esse tipo de violência (que pode ser reconhecida como um monstro pedófilo) e da pessoa que sofre (a vítima traumatizada). Diante dessa situação de violência, o que esses sujeitos acabam por fazer para reestabelecer seus laços sociais? Seria a psicologia uma tecnologia capaz de oferecer instrumentos que reestabelecessem essa ordem? Ou isso seria encontrado na religião? Ou no Direito? Ou na recusa categórica de qualquer regulação da sexualidade? Ou na internalização da norma? Ou na assunção da luta contra esse tipo de violência como causa política e motivo de vida?

Segundo Foucault, o sujeito contemporâneo é o sujeito de conhecimento verdadeiro, constituído a partir de uma hermenêutica que tem como função dizer a verdade sobre ele. Tal hermenêutica foi percebida pelo filósofo francês a partir das práticas de confissão dos primeiros séculos do cristianismo, que tinham como função fazer com que o sujeito dissesse a verdade sobre si segundo um determinado discurso. Essa seria uma das formas maiores da nossa obediência ocidental¹¹. Como já afirmamos, atualmente as principais tecnologias de subjetividade responsáveis e socialmente reconhecíveis como aptas para dizerem a verdade sobre os sujeitos são as ciências (materializadas nas tecnologias psi, em especial a psiquiatria e a psicologia), a medicina e a instituição judiciária. São elas que constroem a hermenêutica da vítima traumatizada e do abusador.

Mas nem sempre o sujeito é capaz de expor em palavras seu sofrimento, seu trauma e sua experiência de violência sexual. Ou seja, diante de um sofrimento indizível resta a ele recolocar-se subjetivamente diante da sexualidade. Esse recolocar-se pode ser compreendido, na abordagem construída por Michel Foucault, mediante uma prática de si ou cuidado de si. Essa noção de práticas de si surgiu na abordagem foucaultiana a partir dos anos 1980, e tem como fundamento a relação do sujeito com a verdade e a construção de um sujeito ético (GROS, 2006, p. 617).

Para Foucault (1995), a relação do indivíduo consigo não é somente uma forma de internalização da norma ou de objetivação do sujeito. Segundo ele, essa relação também é responsável por fazer emergir um sujeito moral¹², a partir do qual

11 "A objetivação do sujeito em um discurso verdadeiro não adquire historicamente sentido senão a partir desta injunção geral, global, permanente de obedecer: somente sou sujeito moderno, no princípio e no termo de uma sujeição ao outro" (GROS, 2006, p. 617).

12 Como afirma Foucault, "Em suma, para ser dita 'moral' uma ação não deve se reduzir a um ato ou a uma série de atos conformes a uma regra, lei ou valor. [...] Não existe ação moral particular que não

se pode criar uma chamada estética da existência. Isso corresponde à proposta ética – inspirada na moral grega clássica – de um sujeito que, rejeitando os processos de normalização da sua subjetividade, escolhe a maneira de se sujeitar no intuito de tornar a sua própria vida uma forma de existência bela¹³. Isso pressupõe, portanto, o constante questionamento da concepção moral, institucional e tecnológica que cria sujeitos morais subjetivados e governados¹⁴. Nas próprias palavras de Foucault, “a partir da ideia de que o eu não nos é dado, creio que há apenas uma consequência prática: temos que nos criar a nós mesmos como uma obra de arte” (FOUCAULT, 1995, p. 262), que significa que “não deveríamos referir a atividade criativa de alguém ao tipo de relação que ele tem consigo mesmo, mas relacionar a forma de relação que tem consigo mesmo à atividade criativa” (FOUCAULT, 1995, p. 262).

Creemos que a forma como somos sujeitados à verdade sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes crie certas zonas de exclusão e, em última instância, não restabelece a ordem que gostaria de preservar. Como afirma Lowenkron (2012), muitas vezes as crianças de “carne e osso” não são protegidas pelos movimentos antipedofilia. É igualmente evidente que a prisão ou o hospital psiquiátrico não são capazes de corrigir a pessoa que cometeu abuso sexual, da mesma forma que a terapia não restitui todos os laços sociais e a subjetividade da pessoa que sofreu essa violência. Sendo assim, por que insistir nessas tecnologias? Por que utilizar-se somente delas para realocar o abuso sexual na experiência individual?

É isso que Bicalho, Geraldini, Magalhães e Cassal (2012) se propõem a questionar a respeito do tipo de enfrentamento da violência sexual que podemos procurar, fazendo uma crítica da atual consideração dos direitos sexuais como direitos humanos e dos processos de criminalização contemporâneos da violência sexual. Sem dar a solução para os dilemas que nos encontramos, esses autores têm como mote potencializar outros processos possíveis de produção de subjetividade. Uma das pistas que eles dão é estimular o debate coletivo, de forma que eles funcionem como máquina de guerra

se refira à unidade de uma conduta moral; nem conduta moral que não implique a constituição de si mesmo como sujeito moral; nem tampouco constituição do sujeito moral sem ‘modos de subjetivação, sem uma ‘ascética’ ou sem ‘práticas de si’ que as apoiem. A ação moral é indissociável dessas formas de atividades sobre si, formas essas que não são menos diferentes de uma moral a outra do que os sistemas de valores, de regras e de interdições” (FOUCAULT, 2006c, p. 28-29).

13 “Por estética da existência, há que se entender uma maneira de viver em que o valor moral não provém da conformidade com um código de comportamentos, nem com um trabalho de purificação, mas de certos princípios formais gerais no uso dos prazeres, na distribuição que se faz deles, nos limites que se observa, na hierarquia que se respeita. A estética da existência é uma arte, reflexo de uma liberdade percebida como jogo de poder.” (CASTRO, 2009, p. 150-151)

14 Cf. ROSE, 1988.

para continuarmos acreditando na potência da coletivização e na invenção de outras práticas que engendrem e potencializem novas subjetividades, fazendo emergir discursos e práticas diversos, mais potentes no sentido de desafiar e colocar em análise as violências contemporâneas. (BICALHO et al, 2012, p. 42)

À procura

Podemos retornar às formas de criação de existência de mulheres que sofreram violência sexual na sua infância ou adolescência¹⁵. Cada uma delas teve que administrar o fato de terem sofrido abuso e exploração sexual tendo sempre como suporte a noção de trauma, que as subjetivava como sendo vítimas de violência. No entanto, em especial uma delas, Aline¹⁶, tentou reconfigurar sua concepção de existência de forma a procurar rejeitar uma série de enunciados subjetivantes. Para demonstrar como isso é perceptível, fazemos uma adaptação de parte de sua entrevista:

Quando a gente tinha feito a pesquisa, muita gente respondeu “abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Por que que você acha que responderam isso?”

Por causa da televisão.

Televisão? Porque aparece muito na TV?

Sim. Por causa desse falso moralismo ridículo que as pessoas têm... Eu não concordo. Eu acho isso meio relativo, assim. A gente tem que classificar como estupro, assim. Tudo é abuso hoje em dia.

Então se fosse estupro, você acha que seria?

Sim, isso eu acho importante combater. Isso é uma humilhação.

Por que é uma humilhação?

Hum... Eu não sei, você está, como eu posso explicar... A pessoa está, você está indefeso. Ela não tem como se defender. Ela é uma pessoa humilhada. Ela não tem direito à escolha, não tem capacidade de reagir.

Entendi. Mas você considera que é um tipo de violência.

Sim. Tanto física quanto psicológica.

Por quê?

Por quê? Ah, muita gente fica traumatizada com isso muitos anos. Não consegue mais ter relação, às vezes fica com síndrome do pânico, também não consegue mais sair de casa.

15 Em nossa pesquisa, três entrevistadas afirmaram terem sofrido algum tipo de abuso ou exploração sexual durante a infância ou adolescência.

16 Nome fictício.

Se acontecesse com você, o que é que você faria?

Se acontecesse?

Não consegue nem imaginar?

Hum, não... Hoje em dia não.

Por quê?

Ah, aconteceu quando eu era criança.

Aconteceu de pensar?

Não, aconteceu mesmo.

Ah é?

Mas foi mais ou menos, assim. Não chegou a... Enfim, mas eu não tenho sequela nenhuma.

Mas você não chegou a comentar com ninguém, então?

Não, eu comentei. Se surgir abertura pra dizer, assim, eu comento.

Entendi. Mas isso o que é que causa na pessoa?

Ah, eu era muito pequena... Nada.

Não chega nem a lembrar, então?

Lembro. Mas não foi nada assim. Era um menino, ele só pedia pra eu... Ele tinha uns treze anos e eu uns quatro, cinco. Ele pedia pra eu tirar a roupa, só isso. Só isso. Não era nada muito estranho não.

Entendi. Por isso então você não colocaria no caso de um estupro, por exemplo.

Não. Foi sim um estupro, né! Ele fazia por chantagem. Ele falou que se eu não fizesse o que ele pedia, minha mãe ia me bater, essas coisas assim. Entendeu? Eu ficava muito mal com isso.

Entendi. Mas hoje você quase não comenta, então?

Ah, se eu lembrar, se necessitar disso, não é um tabu pra mim não.

Entendi. E quando você conta, como que as pessoas reagem?

Algumas riem [rindo], outras... em geral ninguém fala nada. As pessoas da minha família que dizem "ah, não devia ter feito isso", ficam com dó assim de mim. Só isso só.

Você não sente dó?

Já senti. Mas eu percebi que isso era mais porque eles falavam. Porque já faz muito tempo.

Ahã. E você acha que as crianças, os adolescentes, os estudantes se preocupam com isso?

Não. Não.

Por que não?

Não sei. Não faz parte da... digamos assim, do cotidiano deles. Mas a maioria das mulheres que eu conheci já passou por isso.

E por que você acha que as pessoas fazem isso?

Sinceramente, eu não sei. Nunca conversei com alguém que fez isso por querer, então...

Mas você nunca se perguntou?

Já. Não consigo entender.

Nunca chegou a nenhum resposta?

Não.

Logo no início, Aline enuncia um desgaste na noção de abuso, pois “tudo é abuso hoje em dia”. Para ela, mais interessante é utilizar a noção de estupro. De fato, a noção de estupro parece evocar com mais força o caráter de violação do ato sofrido por ela. Aline sofreu um estupro e até hoje tem que se relacionar com essa verdade. Justamente por ter criado um corte em sua vida, essa experiência de violência exige de Aline uma constante reinscrição do lugar da violência em sua história de vida. O interessante é que ela procura fazer isso rejeitando a posição de alguém digna de dó e com marcas psicológicas. Ela não demonstra aceitar a condição de vítima, mesmo reconhecendo os danos e a humilhação causados por esse tipo de violência. Isso porque uma vítima perde seu caráter de sujeito de escolha, pois está sujeitada, vulnerável, violada. Rejeitar esse lugar pode ser também uma tentativa de assumir para si a responsabilidade por quem ela é. Como, então, se relacionar com uma experiência violenta sem se deixar subjetivar por ela? Como saber-se violentada sem compreender as razões do ocorrido?

É nítido que a experiência de Aline é muito diferente daquela de Carolina. Com certeza, a situação individual de violência influencia em muito o modo de sujeição do indivíduo. No entanto, como alguns autores demonstram (DAS, 1999, 2011; POLLACK, 1989, 2010), a experiência de violência é compreendida pelo sujeito mediante um trabalho na memória e no tempo. Não há garantias de que aquilo que Carolina sofreu não possa ser reconfigurado em outras formas de existência. Mas há, fora da normalização, a constante possibilidade de reconfigurar os processos subjetivantes atuais para recriar sua própria vivência de pessoa moral.

Aline foi bastante clara ao demonstrar sua dúvida com relação aos motivos

de alguém causar esse tipo de violência. Ao assumir essa dúvida – e não o discurso subjetivante que cria o abusador monstruoso –, Aline se possibilita interrogar a forma como ela própria faz uso da sua sexualidade. De que adiantaria criminalizar atitudes que ocorrem sem querer? De que adianta considerar-se como vítima? O que isso é capaz de criar na relação do sujeito consigo? Na impossibilidade de conseguir respostas adequadas, Aline tenta, ainda que com uma série de ambiguidades, criar uma relação com o outro que não seja fincada em uma norma. Ela tenta fugir do “falso moralismo ridículo” e rejeita a condição de vítima. E isso permite a ela criar uma nova possibilidade de relação com a sexualidade: a de aceitação do ato involuntário, da percepção que existem lacunas na forma como socialmente se compreende o abuso sexual.

Talvez isso valha não somente para as pessoas que sofrem, mas também para as pessoas que cometem esse tipo de violência. Dado que tal pessoa já afrontou a norma cometendo um ato moralmente reprovável no uso da sexualidade e que, por isso, a sociedade passa a execrá-la, ela deve mostrar-se a si como alguém que não é um monstro e que é digno de respeito e reconhecimento¹⁷. Talvez olhar para tal exercício de si seja também uma forma de buscarmos novas formas de enfrentamento do problema e de modificação e expansão de nossa capacidade ética e normatividade moral a respeito da violência sexual contra crianças e adolescentes.

(Anti)penúltimas palavras

Falar de violência sexual não é apenas pensar o “agressor” e a “vítima”, mas como esses processos atravessam todos nós. De acordo com Batista (2003¹⁸), a produção de medo e insegurança, através de discursos e práticas cotidianas, justifica e legitima políticas públicas de repressão e extermínio contra populações determinadas. O medo se torna um atravessamento muito potente na produção de modos de existir em que outros – não hegemônicos – são assassinados, eliminados com frieza e com a “melhor das intenções”, para proteção do indivíduo e em defesa da sociedade. Táticas naturalizadas de manutenção, tomadas como verdade (BICALHO et al, 2012, p. 42).

Temos hoje uma legislação que protege pessoas vítimas de violência sexual. Há inclusive novas propostas de acesso à justiça em casos de violência, como a Justiça Restaurativa. Mas retornemos ao caso relatado no início. Será que, de fato, o que Carolina desejava era denunciar o agressor? Será que isso restauraria a dignidade, o reconhecimento, a sua capacidade de, novamente, poder olhar e restabelecer uma

17 Cf. a análise que Rodrigues (2014) faz do médico Eugênio Chipkevitch, acusado de abusar sexualmente de crianças.

18 BATISTA, V. M. (2003). *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro, Revan.

comunicação sincera com sua prima? Como ficaria uma menina sentindo-se culpada por colocar o tio, pai de sua única prima, na cadeia? E estando lá, ele seria levado ao “seguro”, que sabemos ser um dos locais mais desumanos dos presídios¹⁹. Será que nossas formas de conceber a violência não são, também elas, “uma forma de fechar os olhos e ignorar as dúvidas sobre estas crenças; lacrar a visão de mundo que resulta do bom senso, para protegê-la das dúvidas que são estimuladas pelas insuficiências óbvias desta visão?” (GEERTZ, 2004, p. 121)

No intuito de expandirmos nossa capacidade ética, o grande desafio é reelaborarmos novas formas de pensar sem deixarmos de nos indignar com a violência. Interrogar o pensamento a partir dessas abordagens talvez seja uma das possibilidades mais proíficas de pensarmos criativamente problemas que nos afetam, enquanto membro da sociedade e pesquisadores das ciências sociais. Talvez nossa pergunta esteja muito próxima a de Foucault a respeito do uso dos prazeres: “somos capazes de ter uma ética dos atos e seus prazeres que possa levar em consideração o prazer do outro? O prazer do outro é algo que pode ser integrado ao nosso prazer, sem referência nem à lei, ao casamento, ou a qualquer outra coisa?” (FOUCAULT, 1995, p. 258)

A experiência de Aline, por nós apresentada, tem o potencial de realocar a violência procurando não reduzir o sujeito a uma condição de vítima. Quando algo que não deveria ocorrer acontece, a linguagem se mostra limitada e a vida deve ser novamente criada pelo sujeito. Assim, a pessoa que sofreu a violência pode julgar-se não vítima de um monstro, mas parte constituinte de uma vida humana onde há sofrimento, mas que também se abre à possibilidade de constituição de um novo sujeito ético. Nesse sentido, a violência não necessariamente é algo que destrói a possibilidade de criação. A experiência ética de abertura ao Outro na relação que se tem consigo, num contexto pós-violência, pode ser a possibilidade de uma proífrica experiência criativa.

Referências bibliográficas

ARIÈS, Philippe. (1981). *História Social da Criança e da Família*. Tradução de FLASCKMAN, D. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. (et al). (2012). *Os direitos sexuais e o enfrentamento da violência sexual*. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652012000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 Fev. 2013.

CASTRO, Edgardo. (2009). *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos*
19 Cf. MARQUES, 2010.

e autores. Belo Horizonte, Autêntica.

DAS, Veena. (1999). *Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 14, n. 40, Jun, 1999, p. 31-42.

_____. (2011). *O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade*. Cad. Pagu, Campinas, n. 37, Dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 Fev. 2013.

FELIPE, Jane. (2006). *Afinal, quem é mesmo pedófilo?*. Cad. Pagu [online]. n.26, pp. 201-223. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332006000100009>> Acesso em 22 ago. 2012.

FORTES, Lore; AZEVEDO, Jennifer Campos de (2009). *Discursos e Representações Sociais sobre Pedofilia*. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2009, Rio de Janeiro. Anais.. [online]. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3429&Itemid=171>. Acesso em: 04 fev. 2013.

FOUCAULT, Michel. (1985). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Edições Graal.

_____. (1995). *Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow*. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (Para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 253-278.

_____. (2006a). *1984 - Entrevista com Michel Foucault*. In: _____. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 340-341.

_____. (2006b) *A Hermenêutica do sujeito*. São Paulo, Editora Martins Fontes.

_____. (2006c) *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, Edições Graal.

_____. (2010) *Os anormais*. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes.

GEERTZ, C. (2004). *O Saber Local: Novos ensaios de antropologia interpretativa*. Petrópolis, Vozes.

GROS, Frédéric. (2006). *Situação do curso*. In: FOUCAULT, Michel. A Hermenêutica do sujeito. São Paulo, Editora Martins Fontes.

KAUFMANN, Pierre. (Ed.) (1996). *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise*. O legado de Freud e Lacan. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

LANDINI, Tatiana Savoia. (2003). *Pedófilo, quem és? A pedofilia na mídia impressa*. Cad. Saúde Pública [online]. vol.19, suppl.2, p. S273-S282. ISSN 0102-311X. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2003000800009>> Acesso em 22 ago. 2012.

_____. (2005). *Horror, honra e direitos. Violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-11012006-194947/>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

_____. (2011). *O professor diante da violência sexual*. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora. v. 1.

112p.

LOWENKRON, L. (2011). *Abuso sexual infantil, exploração sexual de crianças, pedofilia: diferentes nomes, diferentes problemas?*. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana, v. 5, p. 9-29. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/viewArticle/394/804#sdfootnote1sym>> Acesso em 22 ago. 2012.

_____. (2012). *O monstro contemporâneo: construção social da pedofilia em múltiplos planos*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ.

MARQUES, Adalton José. (2009). *Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-15032010-103450/>>. Acesso em: 15 Fev. 2013.

ONU. (2004). *A Convenção sobre os Direitos da Criança*. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf> Acesso em 14 Fev. 2013.

POLLAK, Michael. (1989). *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15.

_____. (2010). *A gestão do indizível*. In: WebMosaica. Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. v.2 n.1 (jan-jun), p. 9-49.

RIFIOTIS, Theóphilos. (1997). *Nos Campos da Violência: Diferença e Positividade*. In: Antropologia em Primeira Mão (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFSC), (19): 1-19. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~levis/downloads/artigos/NCVDP.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2012.

_____. (2004). *As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a 'judicialização' dos conflitos conjugais*. Revista Estado e Sociedade. UnB, v.19, n.1, p. 85-119.

_____. (2008a). *Violência e poder: avesso do avesso?* In: NOBRE, R. F. (org.) O poder no pensamento social: Dissonâncias. Belo Horizonte, Editora UFMG.

_____. (2008b). *Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a 'violência conjugal' e a 'violência intrafamiliar'*. Rev. katálysis, Florianópolis, v. 11, n. 2, Dez.

RODRIGUES, H. (2014). *A pedofilia e suas narrativas: uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Acesso em 15 mai. 2018.

ROSE, N. (1988). *Governando a alma: a formação do eu privado*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Liberdades Reguladas. Petrópolis, Vozes, p. 30-45.